



## Que balanço de 2013?

No sentido de aquilatar como foi o ano que está a terminar no sector primário, a Gazeta Rural decidiu auscultar a opinião de diversos 'actores' do sector, nas mais diversas áreas. Das mais de duas dezenas de pessoas e/ou instituições contactadas, ficam as opiniões de algumas delas, podendo daí deduzir-se que 2013 foi um bom ano para a agricultura em Portugal, havendo renovadas expectativas sobre a evolução que o sector terá nos próximos seis anos, no âmbito do novo quadro comunitário de apoio.

**José Martino – CEO da Espaço Visual**

### "Com o próximo PDR o sector tem a oportunidade de se tornar mais rentável"



**GR:** Que balanço faz de 2013?

**JM:** Para a agricultura portuguesa faço, para o ano de 2013, um balanço positivo porque estão a entrar novos players na agricultura, jovens agricultores e empresários, gente com formação, visão e fibra que irão criar valor e riqueza e fazer com que o equilíbrio das contas da agricultura se faça em 2018.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**JM:** O sector primário está no bom caminho, embora na minha opinião devam mudar algumas políticas na atribuição de fundos ao investimento, acabar com o direito de fundos financeiros para todos e atribuí-los aos competentes que queiram desenvolver actividades agrícolas, na dimensão igual ou acima da economia de escala. Os serviços do Ministério da Agricultura deveriam ser avaliados e fechados aqueles que cujo interesse público fosse reduzido e atribuídos meios humanos e orçamento para os outros.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**JM:** O ano de 2014 para o sector agrícola será a continuação de 2013, novos players, novos investimentos, reforço do apoio bancário à actividade e forte expectativa pessoal no desenvolvimento da bolsa de terras.

**GR:** Que oportunidades apontaria para o sector, no âmbito do próximo PDR

**JM:** O sector tem a oportunidade com o próximo PDR de se tornar mais rentável, sustentável e criador de riqueza.



## BALANÇO 2013

Adelina Martins, DRAPC

## "Foi um ano difícil com sinais de mudança"

**GR:** Que balanço faz de 2013?

**AM:** Um balanço positivo. Em termos globais foi um ano, sem dúvida, difícil mas onde os sinais de mudança começam a ser evidentes e consistentes. Sou uma optimista e os números falam por si, no sector agro-alimentar, não apenas estamos a produzir mais, como estamos a vender melhor o que é muito positivo não apenas para o sector, mas para o país.

O sector tem investido muito na melhoria das condições de produção e transformação. Só em 2013 foram aprovados pelo PRODER, na área geográfica da DRAP Centro, 797 novos projectos, com um investimento total de cerca de 79 M€. Quanto à execução e cingindo-nos apenas à região centro, foram validados cerca de 4370 pedidos de pagamento, aos quais correspondeu um investimento total de 150M€.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**AM:** Penso que sim. Um objectivo de médio prazo muito claro para o sector agro-alimentar que é atingir a autosuficiência em valor em 2020. Estamos a inovar e a crescer, de forma sustentada ambientalmente, mas também economicamente. Os empresários agrícolas têm aumentado e melhorado a sua produção, investindo no aumento das suas competências e na modernização das suas unidades produtivas e/ou transformadoras com o apoio do PRODER, assumindo uma postura cada vez com maior cariz empresarial.

Somos um país pequeno, mas com um enorme potencial e num Mundo cada vez mais global, é fundamental continuar a apostar em estratégias de comercialização que potenciem a exportação. É hoje já comum que sectores distintos de produção participem conjuntamente em eventos nacionais e internacionais de divulgação e transacção. O vinho, as frutas e o azeite, são apenas alguns dos excelentes exemplos de que estamos no bom caminho.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**AM:** Vai ser um ano de muitos desafios para o sector, porque é um ano de transição entre quadros de apoio e portanto irá ser um ano de adaptação para todos nós, empresários, organizações do sector e administração pública. Estamos a trabalhar para que o novo Plano de Desenvolvimento Rural seja simples, acessível, operacional, capaz de dar continuidade à dinâmica que o sector tem revelado nos últimos anos.

**GR:** Que oportunidades apontaria para o sector, no âmbito do próximo PDR?

**AM:** Desde o dia em que as propostas da CE relativas ao



futuro da PAC foram apresentadas, há mais de dois anos, que o MAM tem trabalhado intensamente e em conjunto com os representantes sector, quer a nível técnico quer político, pelo que as medidas do próximo PDR irão certamente reflectir os contributos e prioridades identificados potenciando a articulação com outros fundos e definindo áreas de complementaridade claras.

O novo PDR constitui uma aposta clara no aumento da produção, com especial enfoque na organização da produção e nos jovens agricultores. Portugal é um dos países da UE com menor nível de concentração da produção agrícola. O novo PDR irá diferenciar de forma positiva uma maior organização da produção e concentração da oferta em todas as áreas do sector agrícola constituindo uma oportunidade de potenciar economias de escala ao nível da produção, da capacidade competitiva e de acesso a mercados, tanto em termos nacionais como na conquista de mercados de exportação.

## Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

## "Não houve grandes mudanças em relação a anos anteriores"

**GR:** Que balanço faz de 2013?

**ANEFA:** Foi um ano de investimento consolidado, quer ao nível agrícola, com a elevada taxa de financiamento afecta aos jovens agricultores e ao apoio ao investimento na agricultura e agroindústria, como ao nível florestal, onde finalmente se viu alguns resultados das medidas de apoio à floresta. Continuamos a ter empresas competitivas e projecto de topo, ao nível do que de melhor se faz na Europa e no resto do Mundo.

Todavia, não nos podemos esquecer que 2013 foi também um ano fatídico. A área ardida que este ano rondou os 140.000 ha, trouxe com ela uma dezena de vítimas mortais, que infelizmente pagaram, com a própria vida, os erros de uma gestão florestal ineficiente e a negligência de tantos outros.

As vítimas no sector agro-florestal não se ficaram por aqui. Em 2013 voltou-se a registar um aumento do número de acidentes de trabalho, questionando uma vez mais o nível de qualificação dos activos do sector primário. A crescer aos principais pontos negativos, temos a problemática das pragas e doenças, que continuam a condicionar o correcto desenvolvimento do sector.

Infelizmente, chegamos à conclusão que não houve grandes mudanças em relação a anos anteriores, e que portanto não estamos a aprender com os erros do passado, o que na óptica da ANEFA é extremamente preocupante.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**ANEFA:** Continuamos a ter um longo caminho pela frente. No entanto, o carácter inovador e empreendedor, de facto, ninguém nos tira. E é nesse empreendedorismo que se deve investir. As empresas estão a passar por muitas dificuldades financeiras, o que muitas vezes condiciona o seu desenvolvimento. Se queremos ter empresas com capacidade exportadora e com produtos e serviços inovadores, então temos de apoiar-las.

Nunca é demais lembrar que as empresas do sector primário são responsáveis por inúmeros postos de trabalho, pelo combate ao êxodo rural e pela criação de riqueza para a economia nacional.

Neste âmbito, temos ainda muito para fazer. Não podemos continuamente desperdiçar verbas comunitárias, nem tão pouco desviar fundos que são necessários à floresta, para fins paralelos.

A prestação de serviços deve ganhar dimensão e mérito, para que a profissionalização do sector seja inerente e assertiva. Deste modo, a ANEFA considera que um importante passo era a criação do alvará para os trabalhos agro-florestais, bem como a aposta na formação profissional do sector. Estes dois passos, aliados ao investimento no sector, são os factores chaves para que o caminho, nos leve a bom porto.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**ANEFA:** Mantemos o optimismo para o ano que se aproxima, até porque vamos estar perante um novo quadro comunitário, que poderá possibilitar uma nova vaga de investimento ao sector primário, no entanto, não nos podemos abstrair dos entraves já criados e que teremos de ultrapassar.

No caso da floresta, se por exemplo o Regime de arborização e rearborização foi aprovado e está em vigor, não nos po-

demos esquecer que perdemos a publicação do Código Florestal, e com ela a actualização de uma série de diplomas legais obsoletos e desajustados da realidade. O facto de não termos um quadro legal que acompanhe a realidade e as necessidades do sector torna-se sem dúvida num grave problema.

Por outro lado, temos as metas dos PROF's continuamente suspensas, um programa operacional da sanidade florestal que ainda põe à margem os operadores económicos, e uma precária gestão das áreas florestais. Estas situações são exactamente o que temos de combater para reverter o panorama no sector florestal e permitir que 2014 não seja mais um ano fatídico. Se nada fizermos, e avaliando pelos meses de secura que já levamos, é muito provável que em 2014 a floresta venha novamente a ser também ela uma vítima dos incêndios.

**GR:** Que oportunidades apontaria para o sector, no âmbito do próximo PDR?

**ANEFA:** Dos documentos a que a ANEFA teve acesso, consideramos que as maiores oportunidades que o próximo QCA poderá trazer prendem-se com a simplificação dos processos, não significando com isso a isenção da responsabilidade do beneficiário, sobre a correcta implementação da acção para a qual requer o apoio. Outro aspecto prende-se com o apoio à internacionalização e à certificação de área e de empresas, necessária ao progresso do sector e dos agentes que dele dependem.

Talvez o ponto crucial seja a noção de que o apoio deve ser dado à floresta em si ou à agricultura, valorizando uma área mínima de intervenção em detrimento de um valor mínimo de apoio, que muitas vezes apenas se traduziam em gastos indevidos de dinheiros públicos, sem qualquer benefício directo à floresta ou agricultura nacional.





## BALANÇO 2013

Sofia Freitas - Coordenadora da AGIM

## "Foi um ano de afirmação para a AGIM e para a fileira dos pequenos frutos"



**GR:** Que balanço faz de 2013?

**SF:** O ano 2013 foi de afirmação para a AGIM e para a fileira dos pequenos frutos, que representamos em Portugal. Foi um ano em que Portugal se afirmou nos mercados externos, em que a produção de pequenos frutos teve um aumento exponencial na procura, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, foi um ano em que se instalaram centenas de novos produtores um pouco por todo o país, surgiram e se solidificaram empresas de comercialização e, finalmente, foi um ano rico em eventos que elevaram o nível conhecimento técnico existente em Portugal acerca das diversas culturas de pequenos frutos e que mostraram ao país o potencial desta fileira.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**SF:** Relativamente à fileira dos pequenos frutos, consideramos que se encontram lançadas as bases para que esta se tor-

ne numa das mais competitivas a nível nacional. Estimamos que dentro de 5 a 6 anos a fileira dos pequenos frutos atinja os 130 milhões de euros de volume de negócios, acima de tudo fruto dos fortes investimentos que se estão a registar em todo o país na instalação de novos pomares de mirtilo.

A fileira dos pequenos frutos, apesar de ser muito recente em Portugal, está a crescer de forma organizada e estruturada, na medida em que existem um conjunto de agentes públicos e privados que estão seriamente empenhados em contribuir para a sua dinamização e animação, sendo o papel da AGIM preponderante nesta dinamização. Note-se que esta assumiu no início de 2013 a representação socioprofissional da fileira dos pequenos frutos em Portugal e assinou uma parceria com o COTHN e com o INIAV que visa criar o cluster dos pequenos frutos em Portugal.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**SF:** Estamos certos que será um ano de continuidade na aposta nos pequenos frutos. Esta é uma actividade que continuará a atrair cada vez mais produtores, especialmente jovens agricultores. Relativamente à AGIM, será um ano para executar novos projectos e novas actividades de animação e dinamização da fileira em diversas regiões do país.

**GR:** Que oportunidades aponta para o sector, no âmbito do próximo PDR?

**SF:** O próximo PDR poderá ser crucial para fomentar a profissionalização dos produtores de pequenos frutos em Portugal. Entendemos que se deverá dar primazia e/ou majorar os produtores que já se encontram instalados com áreas aproximadas a 1 ha e que pretendam crescer e ter como actividade principal a produção de pequenos frutos.

Será nossa ambição que até 2020 pelo menos 50% dos produtores estejam dedicados a tempo inteiro a esta actividade, pois consideramos este aspecto crucial para se atingirem os níveis de competência que são exigidos para se estar presente e competir no mercado a nível global.



## BALANÇO 2013

## Rui Costa, Cooperativa Agro-Pecuária Agricultores Mangualde CRL (COAPE) "Estamos a meio do bom caminho"



**GR:** Que balanço faz de 2013?

**RC:** Faço um balanço muito positivo. Temos vindo a crescer, ao contrário da economia, fruto da nova dinâmica que introduzimos na COAPE. Soubemos aproveitar as verbas comunitárias para nos modernizarmos, por forma a responder aos novos de-

safiamos e tendências do mercado. A agricultura tem gente nova, com formação superior, de outras áreas que tem verificado que neste sector há oportunidade. A agricultura é hoje tecnologia de ponta, é informatização, é design, são produtos inovadores.

Essas pessoas são muito bem-vindas à COAPE e trazem outra experiência e outra visão. Queremos que tenham sucesso e que um dia, quando a crise acabar, não a abandonem. Estão a rejuvenescer o tecido agrícola. Há aqui um regresso, mas não pode ser confundido como regresso ao passado. É uma entrada para a inovação, para novos investimentos, que são muito bem-vindos e que ajudam a modernizar o sector. É um novo olhar.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**RC:** Diria que estamos a meio do bom caminho. Poderíamos estar melhor. A última década teve duas partes muito distintas. A primeira até 2007 e a outra daí até agora. Tivemos, em Portugal, na Política Agrícola Comum a mudança de Quadro Comunitário em 2005, mas nos dois primeiros anos as candidaturas estiveram fechadas, pelo que não houve investimento. Só a partir de 2008 se pode fazer um balanço positivo. Desde 2009, com a entrada de um novo Quadro, Portugal investiu na agricultura mais de seis mil milhões de euros em projectos com apoios comunitários.

Falo de investimentos que deixam grandes benefícios na economia do nosso país.

Neste sector, um portefólio alargado de produtos, onde se destacam os vinhos, as frutas, os hortícolas, o azeite e o concentrado de tomate têm revelado uma dinâmica ímpar, que assenta, de forma crescente, em produtos de excelência, com assinalável valor acrescentado, em muitos casos, com um elevado grau de inovação incorporado. A COAPE, através da sua secção de Frutos Vermelhos (MBERRYYS), pretende fazer parte deste portefólio, contribuindo enquanto produtora de frutos vermelhos de excelência.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**RC:** O ano de 2014 será um zero. É um ano em que se inicia um novo Quadro Comunitário e como sabemos, por experiência de quadros anteriores, haverá sempre um tempo para que o estado português clarifique as regras, por forma a operacionalizar e gerar condições de execução deste novo Quadro.

No que à COAPE diz respeito, perspectivamos um ano de preparação para futuros investimentos, uma grande adesão por parte de jovens ao sector primário e um forte investimento na internacionalização.

**GR:** Que oportunidades aponta para o sector, no âmbito do próximo PDR?

**RC:** O próximo PDR será garantidamente um instrumento fundamental para o sector primário. Seria importante, antes de partirmos para a execução de um novo Quadro, reflectirmos sobre as oportunidades que existem no país e em cada região. Não podemos executar mais um quadro sem percebermos efectivamente o que queremos para cada região.

A COAPE sabe o que quer e como diferenciar, procurando sempre produzir em condições de excelência e com valor acrescentado. As oportunidades serão imensas contudo, devemos ter sempre presente que tudo se constrói com muita dedicação e empenho, e que a formação e o conhecimento são indispensáveis ao sucesso de qualquer projecto.



## BALANÇO 2013

Rui Dinis – Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela (ANCOSE)

## “Não verificámos no nosso sector uma mudança significativa”



**GR:** Que balanço faz de 2013?

**RD:** O balanço de 2013 é de alguma perplexidade, pois não verificámos no nosso sector uma mudança significativa da realidade de 2012. Não podemos dizer que foi pior do que 2012, mas também não embandeiramos em arco, dizendo que foi uma maravilha.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**RD:** O sector primário, no seu todo, tem dado boa conta de si com investimentos significativos, mas em áreas que questionamos se são estratégicas para Portugal, pois não há uma definição de objectivos precisos. Pensamos que poderá estar a dar os primeiros passos de alguma consistência para o futuro em algumas áreas estratégicas.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**RD:** 2014 será o ano zero em termos de Quadro Comunitário, pois ainda não existem os programas dos apoios enquadrados neste Quadro 2014-2020. Deverá haver no primeiro semestre uma de definição estratégica e objectivos a atingir neste Quadro Comunitário e no segundo semestre de implementação dessa mesma estratégia.

**GR:** Que oportunidades apontaria para o sector, no âmbito do próximo PDR

**RD:** O nosso sector tem forçosamente de definir uma estratégia e objectivos a atingir neste PDR. Poderá ser a última oportunidade de conseguir alguns objectivos com apoios financeiros. Assim, pensamos que os principais objectivos devem ser na área de uma produção sustentável, com uma aposta forte na qualidade dos produtos, e ainda uma intervenção muito forte na área na comercialização destes produtos.



## BALANÇO 2013

Vasco Avilez – presidente da Comissão Vitivinícola Regional de Lisboa

## “Deveríamos estar a preparar-nos para os desafios Europeus e para os novos mercados”

**GR:** Que balanço faz de 2013?

**VA:** O ano de 2013 está a ser muito difícil para os vinhos e em geral e para todo o tecido produtivo português e, claro que, muito difícil para a agricultura. Deveríamos estar a preparar-nos para os desafios Europeus e para os novos mercados, que temos forçosamente de abrir para os nossos vinhos, e estamos parcialmente parados por falta de resposta dos Institutos do Estado. Refiro-me à dificuldade que temos tido em reaver o nosso capital empregue em ações de promoção, que se não nos for devolvido, impedirá que continuemos a fazer a promoção dos Vinhos Lisboa.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**VA:** Não lhe sabemos dizer, mas o sector dos vinhos está a conseguir afirmar-se muito bem nos caminhos da exportação. Os Vinhos Lisboa, que em 2012 cresceram 12%, estão agora, no final de Novembro, com um crescimento de 4%, o que em termos absolutos nos põe com 600 mil garrafas vendidas a mais do que no ano anterior.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

O próximo ano vai ser de enorme esforço para se conseguirem consolidar os crescimentos e as várias iniciativas que temos estado a iniciar. Vamos rever todo o «caderno de encargos» da região Lisboa para a preparar para o futuro próximo; vamos adaptar-nos ainda melhor à estratégia nacional dos “Wines of Portugal” e vamos continuar a olhar para o futuro com criatividade.

**GR:** Que oportunidades aponta para o sector, no âmbito do próximo PDR?

Temos, todos os vinhos em geral, portanto além da região Lisboa onde trabalhamos, que nos dedicar e que nos concentrar onde temos potencial: O Enoturismo! Temos «à mão de semear» uma arma muito poderosa e útil e não temos ainda conseguido nada ou quase nada de francamente positivo! Precisamos de Guias Eno-Turísticos, em papel e em “on line”, precisamos de

instalações que sejam modelos, precisamos de apostar no futuro e, em vez disso, estamos a perder oportunidades e tempo que depois nunca iremos recuperar. Precisamos de entusiasmar a gente mais nova!





## BALANÇO 2013

## Arlindo Cunha – Presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão “A crise obrigou-nos a ter um olhar diferente sobre aquilo que é nosso”



**GR:** Que balanço faz de 2013?

**AC:** A campanha foi de boa qualidade até às chuvas de finais de Setembro. A partir daí há um pouco de tudo. Temos que aguardar algum tempo para fazer um balanço final sobre o ponto de vista qualitativo.

Em termos da Comissão Vitivinícola conseguimos a acreditação na Norma 45011, o que permite o reconhecimento externo da excelência do nosso trabalho de certificação. Tivemos a aprovação do Projecto da Rota do Vinho do Dão, que iremos agora implementar até 2015. Fizemos uma campanha de promoção do vinho do Dão junto dos media, dos restaurantes e das grandes superfícies. E implementámos as reformas aos procedimentos de certificação e ao Estatuto da Região Demarcada, que o Conselho Geral da CVR tinha aprovado no final do ano passado.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**AC:** Penso que este é um momento em que os portugueses descobriram verdadeiramente a importância dos seus recursos endógenos agrícolas e florestais e como estes podem constituir um esteio da nossa economia e um motor das exportações. Ou seja, a crise obrigou-nos a ter um olhar diferente sobre aquilo que é nosso, inflectindo a nossa clássica (e péssima!) propensão cultural para dar mais importância ao que vem de fora. A agricultura tem, manifestamente, futuro em Portugal e na União Europeia.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**AC:** Esperemos que o País retome o crescimento económico e que o sector do vinho – e em particular o Dão – consiga tirar partido dessa retoma. Que venda mais e, sobretudo, melhor.

**GR:** Que oportunidades aponta para o sector, no âmbito do próximo PDR?

**AC:** Essencialmente que continuem os apoios à promoção e ao investimento na reestruturação das vinhas, na continuação do Programa Vitis, que se ponha a funcionar um bom sistema de seguros de colheita e que se apliquem também os pagamentos directos às superfícies de vinha, no quadro da nova Política Agrícola Comum (PAC), que irá vigorar de 2014 a 2020.



## BALANÇO 2013

Fernando Figueiredo – Presidente da União das Adegas Cooperativas do Dão

## “A economia dita social deve ser olhada de forma diferente”



**GR:** Que balanço faz de 2013?

**FF:** O ano de 2013, pese embora o facto de o mercado nacional estar em retracção, conseguiu-se ultrapassar os objectivos que estabelecemos. A UDACA cresceu cerca de 15% no seu negócio, fundamentalmente à custa das exportações que compensou a queda das vendas, se bem que não muito acentuada, no mercado nacional. No caso da Adega Cooperativa de Silgueiros, apesar de estar mais restringida ao mercado nacional, mesmo assim conseguiu crescer o seu volume de negócios em cerca de 7%. O balanço é, por isso, positivo.

**GR:** Está o sector primário no bom caminho?

**FF:** É uma pergunta difícil de ser respondida. Eu diria que se está a enveredar por um caminho que nunca se devia ter deixado, isto é, encara-se hoje uma realidade bem diferente daquela que vivemos há alguns anos. O sector primário tem condições

potenciais para suprir muitas das necessidades do consumo de produtos provenientes da agricultura, que hoje são importados de outros países. Nunca se devia ter abandonado e dado subsídios para não produzir. Hoje, verifica-se também que a falta de oportunidades de emprego leva a que se esteja a regressar “à terra”.

No entanto, gostaria que os governos olhassem de frente para o sector cooperativo em termos das relações fiscais entre os cooperantes e as suas organizações, no que respeita a IVA, IRS e Segurança Social. A nossa agricultura não é feita de grandes empresas organizadas, mas sim por pequenos agricultores. A economia dita social deve ser olhada de forma diferente, para que se evite a progressiva desertificação.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014?

**FF:** As perspectivas que tenho para 2014 não divergem muito daquelas que tinha para 2013, no que respeita ao mercado nacional. De facto, a diminuição continua dos rendimentos das famílias leva a que continue a haver retracção do consumo privado e o negócio vai ressentir-se com certeza. No que respeita ao mercado internacional, continuará a ser a nossa tábua de salvação e a nossa aposta, para compensar o que se passa internamente.

Convém também realçar o facto de Espanha ter tido uma grande produção de vinho, o que leva a que, como já aconteceu noutros anos, o mercado nacional seja invadido por vinhos daquela proveniência, prejudicando os preços médios pretendidos para os vinhos nacionais.

**GR:** Que oportunidades aponta para o sector, no âmbito do próximo PDR?

**FF:** Sobre esta pergunta, pouco tenho a referir por desconhecer. No entanto, considero que se não formos nós empresários e todas as pessoas envolvidas neste sector a resolvermos os nossos problemas, não serão outros a fazê-lo.





## BALANÇO 2013

Humberto Matos (HM), presidente da Associação de Fruticultores da Beira-Távora  
**"É obrigatório que os 'pensantes do ar condicionado' nos ouçam"**



**GR:** Que balanço faz de 2013?

**HM:** Contava-se com um ano muito desfavorável, mas de todo, não aconteceu. O aumento de produção de maçã deveu-se, em grande parte, à entrada em produção de novas áreas.

Continuamos a ser afectados pelas alterações climáticas, das quais os agricultores menos responsabilidades têm.

**GR:** O sector primário, em Portugal, está no bom caminho?

**HM:** Já esteve pior. Desperdiçou-se tempo e meios, nem sempre bem canalizados.

Julgo que o caminho actual indica-nos novas perspectivas e mais risonhas.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**HM:** Os empresários agrícolas, continuam a ser homens e mulheres de fé, mesmo sofrendo de desatenções e de desigualdades gritantes, em comparação com os colegas europeus, mas somos resilientes.

A bem da economia nacional, é obrigatório que os "pensantes do ar condicionado" nos ouçam, e cumpram melhor o seu papel. Nós cumprimos com o nosso, até que a voz nos doa.

Preocupa-me a demora e a execução do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR 2014-2020). É importante a rapidez na implementação.

**GR:** Que oportunidade aponta para o sector no âmbito do próximo PDR?

**HM:** A organização do mercado da produção, com concentração da oferta, embora não vá ser grandemente incentivada e descomplicada.

O reforço do associativismo e os investimentos de carácter colectivo, para minorar as desigualdades no espaço europeu, como por exemplo a disponibilidade em água.

Políticas mais sérias, consistentes e pragmáticas na defesa das produções contra as aleatoriedades climáticas, assentando mais na protecção das produções, sem esquecer a perda de rendimento, a que constantemente estamos sujeitos.

**BALANÇO 2013**

**José Vasco de Campos - Presidente da Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais (FNAPF)**

## "Espero que as várias acções florestais continuem a ser apoiadas"

**GR:** Que balanço faz de 2013?

**JVC:** O balanço é positivo. Embora tivéssemos tido uma área ardida com algum significado, temos que ter em conta que as condições meteorológicas foram extremamente adversas e em anos similares, como 2003 e 2005, a área ardida foi mais do dobro ou o triplo. Realço ainda como muito positivo os investimentos realizados nas áreas florestais, no âmbito do PRODER, que tiveram neste ano uma das melhores execuções de todo o período de apoio.

**GR:** Está o sector primário, em Portugal, no bom caminho?

**JVC:** Sem dúvida que sim.

**GR:** Como perspectiva o ano de 2014 para o sector?

**JVC:** A continuação do trajecto positivo que se tem vindo a verificar.

**GR:** Que oportunidades apontaria para o sector, no âmbito do próximo PDR?

**JVC:** Espero que as várias acções florestais continuem a ser apoiadas com dignidade, tendo em conta o serviço público que as florestas realizam. Conto ainda que as áreas de minifúndio, através das Zonas de Intervenção Florestal e do associativismo continuem a merecer a confiança e o apoio público, no sentido de colmatar as deficiências da pulverização da propriedade e do abandono florestal e rural que se verifica, principalmente, no norte e centro de Portugal.





# Balanço 2013! E 2014?

